

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 1.1.1

Data: 11/01/90

Pg.: 01 e 24



José Paulo Lacerda/AE

Tuma com o governador Romero Jucá: boné da Polícia Federal para a criança ianomami

Procurador pede prisão de Romeu Tuma

O procurador da República Eugênio Aragão pediu a prisão do delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal, pelo modo como estão sendo retirados os garimpeiros da reserva dos índios ianomamis, em Roraima. O ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirma que a remoção é legal.

Página 24

Pedida prisão de Tuma por "desobediência"

**Segundo o procurador,
a área para onde os
garimpeiros serão levados
também é indígena**

BRASÍLIA — O procurador da República, Eugênio José Guilherme Aragão, pediu ontem a prisão em flagrante do delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, por desobediência. O procurador explicou que uma ação cautelar determinou, em 20 de outubro, a retirada dos garimpeiros da terra dos ianomamis pela Polícia Federal com o auxílio dos Ministérios do Exército e Aeronáutica. "Para minha surpresa, o doutor Tuma está negociando com os garimpeiros e encaminhando-os a outras áreas que também são indígenas ao invés de retirá-los", denunciou o procurador.

Aragão enviou ontem petição ao juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, Novey Vilanova Reis, concedendo prazo de 24 horas para que Romeu Tuma se explique perante o Judiciário. Se isso não ocorrer, ele poderá ser preso em flagrante por desobediência à ação cautelar que determina a retirada imediata dos garimpeiros. O procurador criticou o governo afirmando que, embora a retirada dos garimpeiros seja exigência judicial, não há "vontade política para cumpri-la".

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, no entanto, informou de que o subprocurador da República, Carlos Victor Muzzi, tinha decidido pedir a prisão em flagrante dos responsáveis pela Funai, Polícia Federal e Ministério da Aeronáutica, respondeu que ele estava mal informado. "Ele não conhece o acordo, deve estar emocionado com a situação; há pessoas que se emo-

cionam quando a gente consegue resolver problemas graves", disse o ministro com ironia.

Saulo Ramos acrescentou que o acordo entre o governo federal, o governo do Estado de Roraima e os garimpeiros, prevendo a transferência dos garimpos para as florestas nacionais de Roraima, já está acertado. A assinatura do acordo, porém, não deverá ocorrer antes de dez dias, porque se espera que o presidente José Sarney baixe decreto demarcando as áreas de garimpagem naquele Estado.

O reassentamento dos cerca de 45 mil garimpeiros nas florestas que cercam o território dos índios ianomamis foi a alternativa que o governo federal encontrou para resolver o problema da invasão das terras indígenas pelo garimpo. O ministro da Justiça disse que Romeu Tuma obteve em Boa Vista a assinatura pelos garimpeiros de um documento de intenção. "Não iríamos baixar um decreto como esse, demarcando as áreas de exploração, sem o compromisso de todos os garimpeiros e do governo do Estado", disse. O documento definitivo, estabelecendo as condições da atividade garimpeira nas florestas de Roraima será firmado mais tarde.

O ministro garantiu que o governo não está desrespeitando a ordem do juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, Novey Silva Reis, que proibiu a garimpagem em 9,4 milhões de hectares em Roraima, incluindo a área indígena e as florestas nacionais. "Dentro da lei vigente e da Constituição é legal a exploração naquelas florestas", assegurou. Ele criticou com sarcasmo o juiz: "A ação dele é até imprópria, porque o que um juiz de Brasília tem que se meter lá com assunto de Roraima?"

Funai poderá perder boa parte de seus técnicos

BOA VISTA — A Fundação Nacional do Índio (Funai) deve perder nos próximos dias boa parte de seus técnicos ligados à corrente liderada por Sidney Possuello, que pediu, antontem, exoneração do cargo de coordenador do órgão na operação de desocupação das terras ianomamis, por discordar da transferência dos garimpeiros para áreas de florestas nacionais. Ontem, deixou o cargo o administrador regional da fundação em Boa Vista, José Maria Nascimento, que também defende a retirada total dos garimpeiros dos 9 milhões de hectares pretendidos pela Comis-

são de Criação do Parque Ianomami (CCPY), formada por antropólogos e missionários brasileiros e estrangeiros.

O bispo de Boa Vista, Aldo Mongiano, disse ontem que a situação difícil que os ianomamis atravessam não vai mudar com o deslocamento dos garimpeiros para as florestas nacionais. Ele disse que essa foi também uma das conclusões a que chegaram os caciques de várias tribos que participaram de um congresso indígena no final de semana. Pela primeira vez, relatou o bispo, os caciques macuxis aceitaram a presença dos ianomamis.